

NEREUS

Núcleo de Economia Regional e Urbana
da Universidade de São Paulo
The University of São Paulo
Regional and Urban Economics Lab

**CUSTO DE VIDA COMPARATIVO DAS REGIÕES
METROPOLITANAS BRASILEIRAS: 1996-2012**

Alexandre N. Almeida
Carlos Roberto Azzoni

TD Nereus 11-2013
São Paulo
2013

Custo de Vida Comparativo das Regiões Metropolitanas Brasileiras: 1996 – 2012

Alexandre N. Almeida e Carlos R. Azzoni

Resumo. Neste trabalho estimamos os níveis de custo de vida de 11 regiões metropolitanas brasileiras no período 1996 a 2012. Aplicamos o método Country Product Dummy (CPD) a dados das pesquisas de orçamentos familiares de 1996, 2003 e 2009. Interpolamos os pesos orçamentários para os anos intermediários e usamos dados de índices de preços regionais para atualizar os preços. Os resultados indicam que os maiores custos de vida estão com DF, São Paulo e Rio de Janeiro, e que Goiânia saltou de níveis abaixo da média no início do período para suplantar o Rio de Janeiro como terceira cidade mais cara do país. Analisando-se evolução dos níveis de relativos de custo de vida, não se encontraram indícios de que tenha havido mudanças significativas ao longo do período. Excluindo-se DF, SP e RJ, nos demais casos as RM com maiores níveis iniciais relativos de custo de vida experimentaram maiores crescimentos. Isso indicaria um processo de divergência em termos de níveis de custo de vida, com as regiões mais caras ficando ainda mais caras. Essa conclusão não se sustenta quando se introduzem aquelas três RM, pois o DF teve um crescimento de nível de custo de vida próximo da média das demais cidades, mas SP e RJ cresceram abaixo da média.

1. Introdução

O país vive um momento econômico bastante distinto daquele de décadas passadas. Com a implementação do plano real em 1994 e a estabilidade da moeda, novas gerações de indivíduos experimentaram um quadro econômico até então inédito no país. Esse aspecto foi e é de importância relevante na vida das famílias, dado que o controle sustentado da inflação permite ao chefe de família planejar por prazos maiores seu orçamento doméstico em função da renda obtida, melhorando o bem-estar.

Além da estabilidade econômica, outros fatores, como as reformas no sistema educacional, o aumento do emprego formal, a apreciação do valor do salário mínimo e, mais recentemente, a massiva expansão de programas de transferência de renda, como Bolsa Família e Benefícios de Prestação Continuada, têm contribuído significativamente para a redução da desigualdade de renda e redução da pobreza (Neri, 2010). Não se pode negligenciar também a abertura da economia durante os anos 90, que possibilitou acesso a novas variedades e marcas de produtos, com potencial efeito sobre o conjunto de bens à disposição dos consumidores. Adicionalmente, observou-se

crescimento substancial da oferta agrícola, decorrente de significativos ganhos de produtividade, o que alterou substancialmente alguns preços relativos, principalmente os de alimentos (Azzoni *et al.*, 2009).

Dados esses fatores de interesse para todas as regiões, deve-se levar em conta o conhecido fato de que existe uma grande disparidade regional nos níveis de renda e bem estar, assim como nos níveis de custo de vida entre regiões e cidades (Azzoni *et al.*, 2003). Terá todo o movimento ocorrido no país em termos de consumo afetado o diferencial regional de custo de vida observado no passado? A ascensão das classes mais pobres na escala de consumo, com o alargamento da base da pirâmide, certamente afetou a composição da cesta típica de bens de todas as regiões, assim como pode ter afetado preços relativos, notadamente pela maior procura por bens de salário. Considerando-se que esse movimento apresentou intensidades variáveis em distintas regiões, é possível que os efeitos tenham sido distintos, podendo levar a modificações nos diferenciais de custo de vida observados anteriormente.

Interessa pois averiguar se os resultados anteriormente obtidos se mantêm, ou se mudanças importantes ocorreram nos diferenciais de custo de vida entre as regiões metropolitanas brasileiras. Assim, o objetivo deste trabalho é atualizar os trabalhos de Azzoni *et al.* (2000) e Menezes e Azzoni (2003), em que se construíram índices de custo de vida para as nove regiões metropolitanas, além de Goiânia e Distrito Federal, para anos das décadas de 1980 e 1990. O período de análise agora abrange o período 1996-2012, e se utilizam os preços disponibilizados pelo IBGE e as Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) de 1996, 2003 e 2009, também do IBGE.

2. Metodologia

Na literatura em geral, a importância da existência de um índice de custo de vida entre cidades é enfatizada em vários trabalhos, tais como Deller *et al.* (1996), Walden (1997), Johnston *et al.* (1996), McMahon (1991), Aten (2005, 2007, 2008), Aten e D'Souza (2008), Aten *et al.* (2011a, 2011b, 2012), Aten e Reinsdor (2010). Esse tema foi tratado pioneiramente no Brasil por Savedoff (1990), que discutiu com bastante propriedade a

importância e as dificuldades em se obter um índice de custo de vida entre as cidades brasileiras. Nos Estados Unidos, o *Bureau of Labor Statistics* tem desenvolvido índices dessa natureza (Kokoski, 1993; Kokoski e Moulton, 1996). Azzoni, Carmo e Menezes (2000) e Menezes e Azzoni (2003) construíram um índices de custo de vida para as maiores regiões metropolitanas brasileiras, concluindo haver diferença importante nos níveis de custo de vida entre as regiões metropolitanas, diferença que se ampliou ao longo do período analisado (1981-1999).

Para construir o índice de custo de vida comparando as regiões metropolitanas, foi utilizado o método *Country Product Dummy* CPD, desenvolvido por Kravis et al., (1982) para a comparação de padrões de vida entre países, e empregado por Menezes (1999), Azzoni et al., (2000) e Menezes e Azzoni (2001). A equação (1) abaixo é estimada empregando o método de Mínimos Quadrados Ponderados, em que os ponderadores correspondem às parcelas (*shares*) do dispêndio familiar para cada item dispendido. Portanto, para cada ano a equação estimada é dada por:

$$\ln p_{ik} = \sum_{k=1}^K b_k x_{ki} + \sum_{j=2}^J \gamma_j y_{ji} + e_{ik} \quad (1)$$

em que:

$\ln p_{ik}$ = log neperiano do preço do bem (item) i na cidade k

x_{ik} ($k = 1...K$) = variável binária igual a 1 se o preço do bem i foi coletado na cidade k e zero nas demais cidades

y_{ij} ($j = 2...J$) = variável binária igual a 1 se o bem i contém a j-ésima característica e zero nas demais

e_{ik} = é uma variável aleatória com média zero e provavelmente com variância heterocedástica

O coeficiente de x_{ik} , b_k , corresponde ao log neperiano do preço relativo entre as k áreas. Sob as hipóteses do modelo, os antilog de \hat{b}_k são estimadores consistentes e transitivos dos níveis de preços relativos, ou seja, são índices de preços entre as k cidades, conforme discutido em Menezes (1999).

3. Dados

As bases de dados utilizadas neste trabalho são as Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF), realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre outubro de 1995 a setembro de 1996, entre julho de 2002 a junho de 2003 e novamente entre maio de 2008 a maio de 2009. As POF diagnosticam a qualidade de vida das famílias brasileiras com base, principalmente, no seu orçamento doméstico (IBGE, 2004).

Nas POFs estão incluídas informações sobre as condições do domicílio, como abastecimento de água, infraestrutura sanitária e número de cômodos, número de famílias (unidades de consumo) residindo no mesmo espaço domiciliar, e também as características dos indivíduos, como sexo, nível de instrução, idade, frequência à escola, peso, altura e posição da família (chefe, cônjuge, filho, outro parente, agregado, pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico); há também informações sobre as despesas com melhoria (reforma) do domicílio, bens duráveis, etc. De particular interesse para este estudo, há informações detalhadas sobre gastos com alimentação, higiene e limpeza, telefone, etc., além das informações sobre gastos mensais e recebimentos salariais e não salariais. Como as informações coletadas podem possuir períodos de referência distintos, de sete dias até 12 meses, dependendo da natureza do registro, o IBGE disponibiliza fatores de anualização, que permitem que os valores sejam convertidos para valores anuais (IBGE, 2010).

As POF 1995/96, 2002/03 e 2008/09 entrevistaram 16.013, 48.470 e 55.970 unidades domiciliares, respectivamente, sendo que a primeira cobriu apenas as nove regiões metropolitanas, Goiânia e Distrito Federal. Em função das variações dos preços nominais que ocorrem durante a execução dos questionários ao longo do período da coleta, geralmente 12 meses, o IBGE também disponibiliza um deflator, referido à data de referência da pesquisa pré-definida pelo Instituto¹. Com isso, é possível comparar e analisar os registros em valores reais de acordo com o mês base definido pelo IBGE.

¹ A data de referência da POF 1995/06 é 15 de setembro de 1996, e as duas últimas edições 02/03 e 08/09 é 15 de janeiro de 2003 e 15 de janeiro de 2009, respectivamente.

Para a realização da pesquisa, partiu-se dos resultados do Censo Demográfico de 1991, no caso da POF 1995/06, e do Censo Demográfico de 2000 para as duas últimas edições (IBGE, 2004; IBGE 2010). Os fatores de expansão, que representam o universo amostral das POFs, foram construídos com base na Contagem Populacional de 1996 e do Censo Demográfico de 2000.

Para a realização do estudo faz-se necessário o uso de preços dos bens e serviços que compõem a cesta de consumo das famílias. As POF apresentam cadernetas de despesa coletiva que englobam itens alimentícios e produtos de limpeza. Essa é a única informação que permite o cálculo de preços implícitos, pois há dados sobre gastos monetários e quantidades para cada produto. Entretanto, o mesmo procedimento não é possível para gastos não alimentícios, para os quais a única solução é o uso das tabelas de preços de setembro de 1999 disponibilizadas pelo IBGE, referentes aos itens não alimentícios que fazem parte do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado) das regiões em consideração. Assim, para manter a consistência do trabalho, adotaram-se esses preços também para alimentos e produtos de limpeza². Desde então, o IBGE não tem disponibilizado novas informações de preços, porém divulga as variações mensais dos mesmos em cada região, que foram utilizadas para atualizar os preços da tabela básica de 1996 (alimentos e produtos de limpeza) e de 1999 (não alimentos). Quanto à cesta de bens e serviços, levando-se em conta a disponibilidade de informações, foram considerados 41 itens (Tabela 1, no apêndice).

É comum também em pesquisas domiciliares que levantam despesas existir elevada presença de zeros na amostra, incluindo também os produtos caracterizados pelo consumo mais frequente, como os itens alimentícios, por exemplo. Dois fatores concorrem para tanto. Em primeiro lugar, o gasto poderia não ter sido realizado durante o período da entrevista, embora isto não queira dizer que o bem não tenha sido consumido, a partir de estoques feitos anteriormente. Em segundo, pode ser que o bem simplesmente não faça parte da cesta de consumo do domicílio, por hábito de consumo, renda etc. Para remediar o problema gerado pela ausência dessas informações, a solução é agregar as famílias por classes de renda, uma prática bastante comum em estudos de

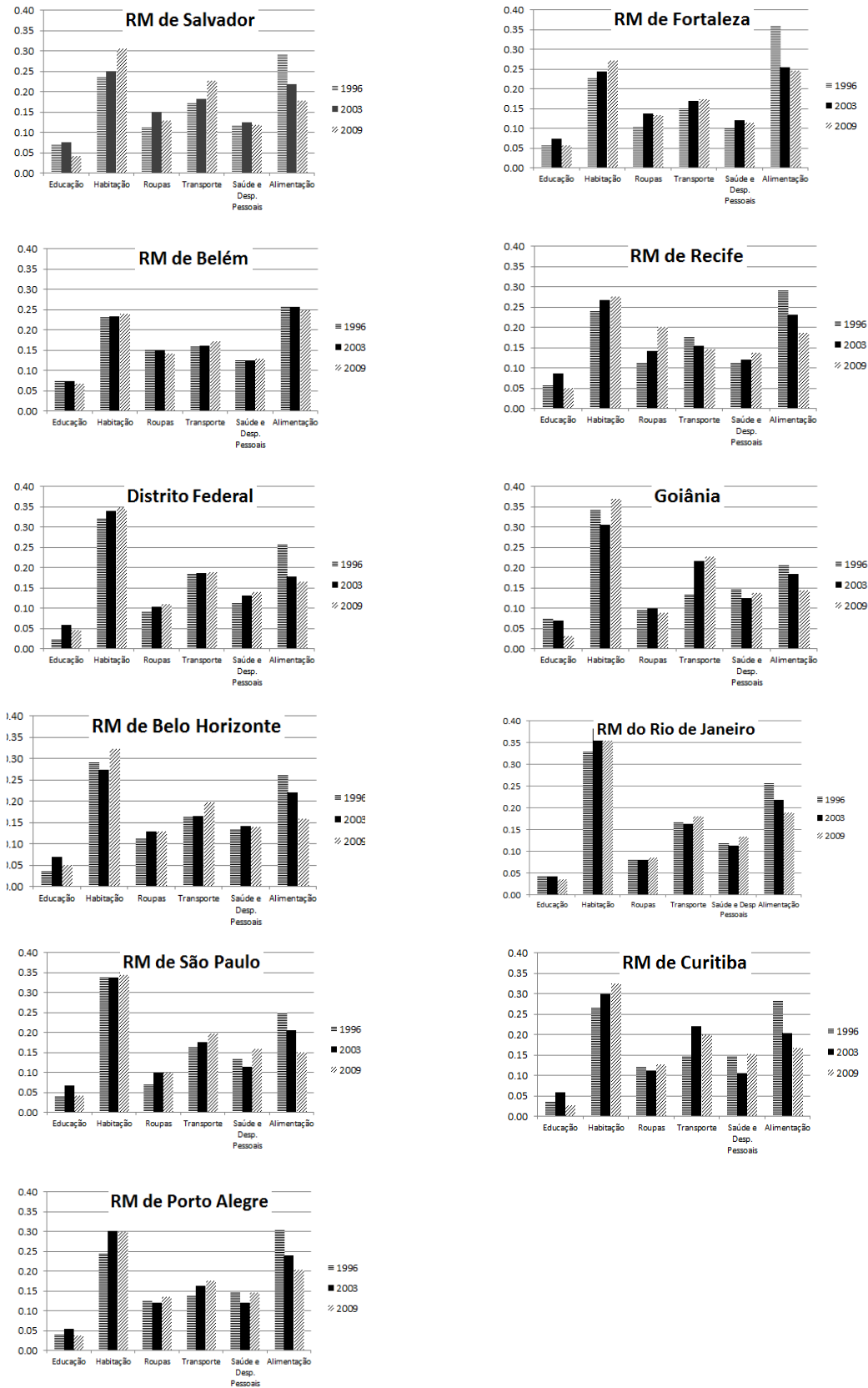
² No caso dos alimentos e produtos de limpeza, a tabela de preços disponibilizada pelo IBGE é de setembro de 1996.

demanda (Menezes et al., 2008). Assim, as famílias foram agregadas em oito classes de renda (*octils*), de acordo com a despesa mensal total *per capita*. Geraram-se assim 88 observações (8 classes de rendas vezes 11 localidades) para cada ano. Especificamente, foram usadas 16.013 famílias da POF 95/06, 6.573 de 2002/03 e 8.575 de 2008/09.

Quanto às parcelas dos gastos (pesos) dos itens nas cestas, há apenas três informações disponíveis para cada uma das cidades, referentes apenas aos anos em que as POF foram realizadas (Gráficos da Figura 1). Nota-se que os grupos com maiores pesos no orçamento familiar são habitação e alimentação, que, somados, representam mais de 50% dos gastos, em média. Observa-se também que a parcela despendida com habitação elevou-se entre 1996 e 2009 em praticamente todas as localidades, enquanto que os gastos com alimentação, segundo lugar no ranking, reduziram-se no mesmo período. O grupo de despesas com transportes ocupa, para a maior parte das localidades, o terceiro lugar dentro do orçamento familiar. Observa-se que a participação deste grupo, com exceção de Recife, também se elevou entre 2003 e 2009. Os grupos de despesas com vestuário e saúde e despesas pessoais orbitaram entre o terceiro e quarto lugares no quadro geral. Finalmente, o grupo educação manteve-se no último lugar, variando entre 3% e 8% do orçamento doméstico mensal.

Para os anos intermediários entre aqueles em que as POFs foram realizadas, os pesos foram estimados por interpolação linear, para cada uma das oito classes de renda em cada RM, dos pesos originais conhecidos nas respectivas POF. Os preços mensais foram corrigidos de acordo com o mês base de referência da pesquisa (setembro de 1996; janeiro de 2003 e janeiro de 2009). Assim, entre 1996 e 2003, usaram-se os preços do mês de setembro, e entre 2004 até 2009, usaram-se preços do mês de janeiro. As parcelas dos gastos mensais da POF 2009 foram usadas para os anos de 2010, 2011 e 2012 com preços ajustados referentes ao mês de janeiro de cada ano.

Figura 1. Importância (Peso) dos Grupos de Bens e Serviços nos Orçamentos Familiares



Fonte: Dados de Pesquisa

4. Resultados

Os resultados apresentados revelam os níveis comparativos de custo de vida das principais capitais do país durante o período de 1996 até 2012. A Figura 2 apresenta os níveis relativos do custo de vida em três momentos distintos: a média de 1996 a 1998, a média de 2003 a 2005 e a média de 2010 a 2012. A ideia é fornecer informações sobre os níveis comparativos recentes e compará-los com os existentes no início do período analisado, oferecendo-se também uma informação intermediária.

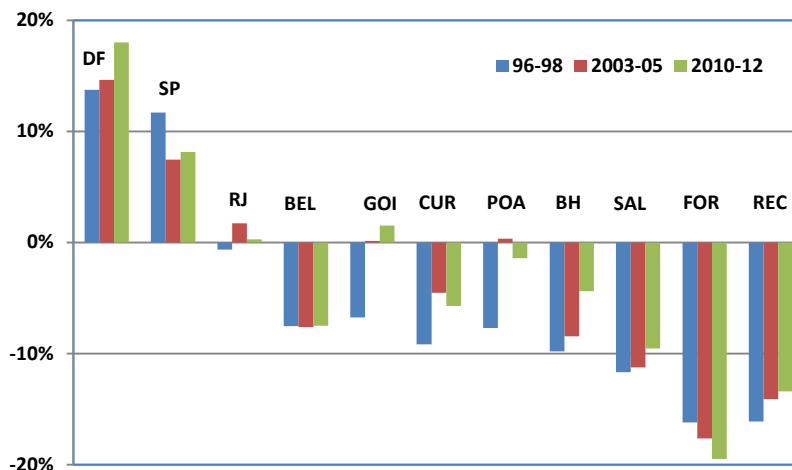
Nota-se que a única mudança significativa deu-se com Goiânia, que parte de posição inferior à média e termina acima dela, tornando-se a terceira mais cara cidade do país. Nesse sentido, essa cidade acompanha sua vizinha, Brasília, que apresenta forte crescimento no último período, acentuando sua posição de maior custo de vida do país. Nos demais casos, mantiveram-se as situações anteriores. É notável, entretanto, a forte aproximação à média de Belo Horizonte e, em menor ritmo, Salvador e Recife. De outra parte, Fortaleza torna-se progressivamente mais barata, em relação às demais.

As evoluções do custo de vida geral e por grupo de despesa entre 1996 e 2012 estão apresentados nas Figuras de 3 a 9. Para facilitar a visualização, cada gráfico apresenta resultados para um grupo pequeno de cidades, sendo que as mesmas foram ordenadas em ordem decrescente do nível de custo do item em 1996.

Na Figura 3 aparecem gráficos para o índice geral de custo de vida; em apêndice apresentam-se gráficos equivalentes para cada um dos grupos de bens e serviços considerados (Figuras 4 a 9). O Gráfico (a) da Figura 3 reúne as três RMs mais caras em 1996 - DF, SP e RJ. Observa-se que esta última gravita em torno do eixo horizontal, situando-se ligeiramente acima dele. Isso revela que apresentou um nível de custo de vida próximo da média das 11 regiões metropolitanas consideradas, tendo evoluído em termos de custo ao longo do período similarmente àquela média. A RM de São Paulo inicia o período próximo do nível de custo de vida do DF, mas apresenta evolução temporal inferior à da média das 11 RM, o que a leva a aproximar-se paulatinamente do nível de 5% acima da média em 2008, quando inicia um movimento de alta. Já o DF, que inicia o período mais caro do que a RM de SP, acompanha esta última RM até

2002, passando a distanciar-se da média a partir de então. Em 2012, o nível de custo de vida dessa RM situava-se mais de 15% acima da média das 11 RM consideradas.

Figura 2. Níveis Comparativos de Custo de Vida



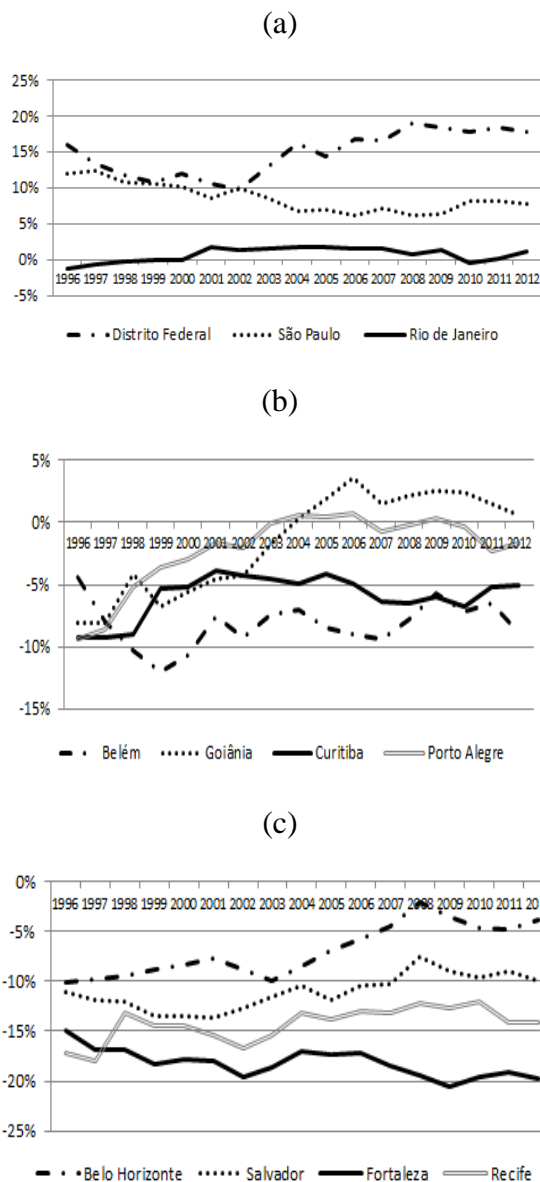
Fonte: Dados de Pesquisa

O Gráfico (b) apresenta RM de nível intermediário de custo de vida em 1996. As RM de Belém e Curitiba apresentam oscilações ao longo do período, mas não se pode dizer que tenha havido qualquer tendência, seja de aumento, seja de redução do nível relativo de custo de vida. Já as RM de Belém e Goiânia apresentam aumentos expressivos ao longo do período, principalmente até o início do Século XX, com patamares maiores em 2012 para Goiânia (2% acima da média das 11 RM) e próximo de -2% para Belém.

Finalmente, o Gráfico (c) apresenta RMs que em 1996 tinham níveis de custo de vida inferiores à média das 11 RM em 10% ou mais. Entre as quatro RM incluídas, Fortaleza é aquela com menor nível relativo, em torno de 20% abaixo da média, e Recife, em torno de 15% abaixo da média. Não há tendência perceptível nesses dois casos. Já as RM de Salvador e Belo Horizonte, que começam o período muito próximas, cerca de 10% abaixo da média, apresentam variações distintas entre si, com Salvador caindo até 2002 e subindo após esse ano, para estabilizar-se em torno de -10% nos anos finais. Belo Horizonte, por outro lado, apresenta clara aproximação da média das 11 RM, terminando o período na faixa de -5% em relação à média. Assim como Brasília, Belo Horizonte apresenta, em termos comparativos, aumento comparativo no nível de custo de vida. Esse movimento ascendente deve-se principalmente ao crescimento dos seus

níveis comparativos de aluguéis, que partem de mais de 15% abaixo da média em 1996 para alcançar 5% abaixo da média em 2012 (Figura 3, Gráfico c).

Figura 3. Evolução Comparativa do Custo de Vida das RMs – ÍNDICE GERAL



Fonte: Dados de Pesquisa

Como mostrado anteriormente pela estrutura de gasto mensal exposto na Figura 1, o agregado habitação representa uma fatia expressiva do orçamento doméstico, entre 25% e 30%, indiferente da localização onde o domicílio se encontra. Como observado na figura 3a, gastos com moradia no DF, que sempre estiveram entre os maiores, crescem substantivamente após 2005, contribuindo para o crescimento do nível geral de custo de vida relativo dessa RM. Igual movimento é apresentado por gastos com alimentação,

em que essa RM estava no nível médio no início do período, para terminar cerca de 6% acima da média das 11RM no final, tendo atingido níveis impressionantes de mais de 10% acima da média em 2011 e 2012. Igual movimento de crescimento ocorre para o item educação, em que o DF inicia próximo da média e termina o período 20% acima dessa média. Movimento contrário ocorre para o item Transporte, embora o DF siga sendo a RM mais cara, mas os atuais quase 10% são muito menores do que os 40% de 1996. Assim, a nossa RM relativamente mais cara de forma generalizada, o sendo na grande maioria dos grupos de bens e serviços.

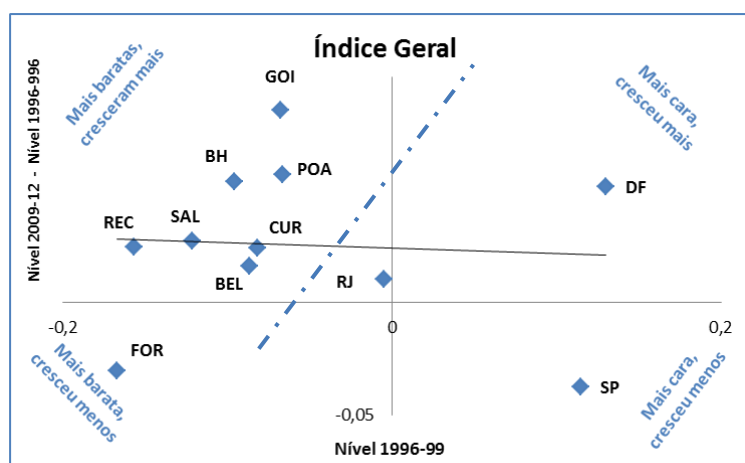
A segunda RM mais cara, SP, apresenta movimentos distintos daqueles do DF. Em habitação, apresentou crescimento de preços inferior à média, o que a levou a uma posição, ainda que 10% acima da média desse item, bem menor do que os 20% que exibiu em 1996. O mesmo ocorre com Transporte e Vestuário. Assim, mantida ainda o patamar elevado de custo de vida em geral, que a destaca negativamente em termos de custo de vida, observa-se que as demais cidades têm-se aproximado dos seus níveis, fazendo que sua posição relativa aproxime-se da média ao longo do tempo.

5. Convergência de Níveis de Custo de Vida entre as RM?

Dada a evolução nos níveis de custo de vida das regiões metropolitanas, no contexto das grandes modificações ocorridas na distribuição de renda das famílias ao longo do período, importa averiguar se existem sinais de aproximação entre os níveis de custo de vida das RM. Para tanto, pode-se lançar mão da Figura 10, em que o eixo vertical mostra a variação entre os níveis de custo de vida relativos ao longo do período e o eixo horizontal mostra os níveis relativos prevalecentes no início do período. Para evitar oscilações anuais indesejadas, tomou-se a média dos quatro anos mais recentes (2009 a 2012) e dos quatro primeiros anos da série (1996 a 1999). Não foi feito qualquer teste estatístico das regularidades que serão apontadas, apenas a sua observação visual, que é auxiliada pelas retas inseridas automaticamente pelo programa Excel, sem preocupação com o rigor estatístico.

Como se pode observar no gráfico, não há razões para acreditar que tenha havido mudanças significativas ao longo do período. Se excluirmos as três cidades mais caras, DF, SP e RJ, as demais parecem estar alinhadas em forma ascendente (linha ilustrativa tracejada), indicando que as RM com maiores níveis relativos iniciais de custo de vida experimentaram maiores crescimentos relativos de custo de vida. Isso indicaria uma divergência em termos de níveis de custo de vida, com as regiões mais caras ficando ainda mais caras. Todavia, ao introduzir as três maiores metrópoles nacionais, o quadro muda, pois o DF teve um crescimento de nível de custo de vida próximo da média das demais cidades, mas SP cresceu abaixo da média e RJ cresceu muito próximo da média (linha ilustrativa cheia).

Figura 10. Evolução e Níveis Iniciais de Custo de Vida – Índice Geral

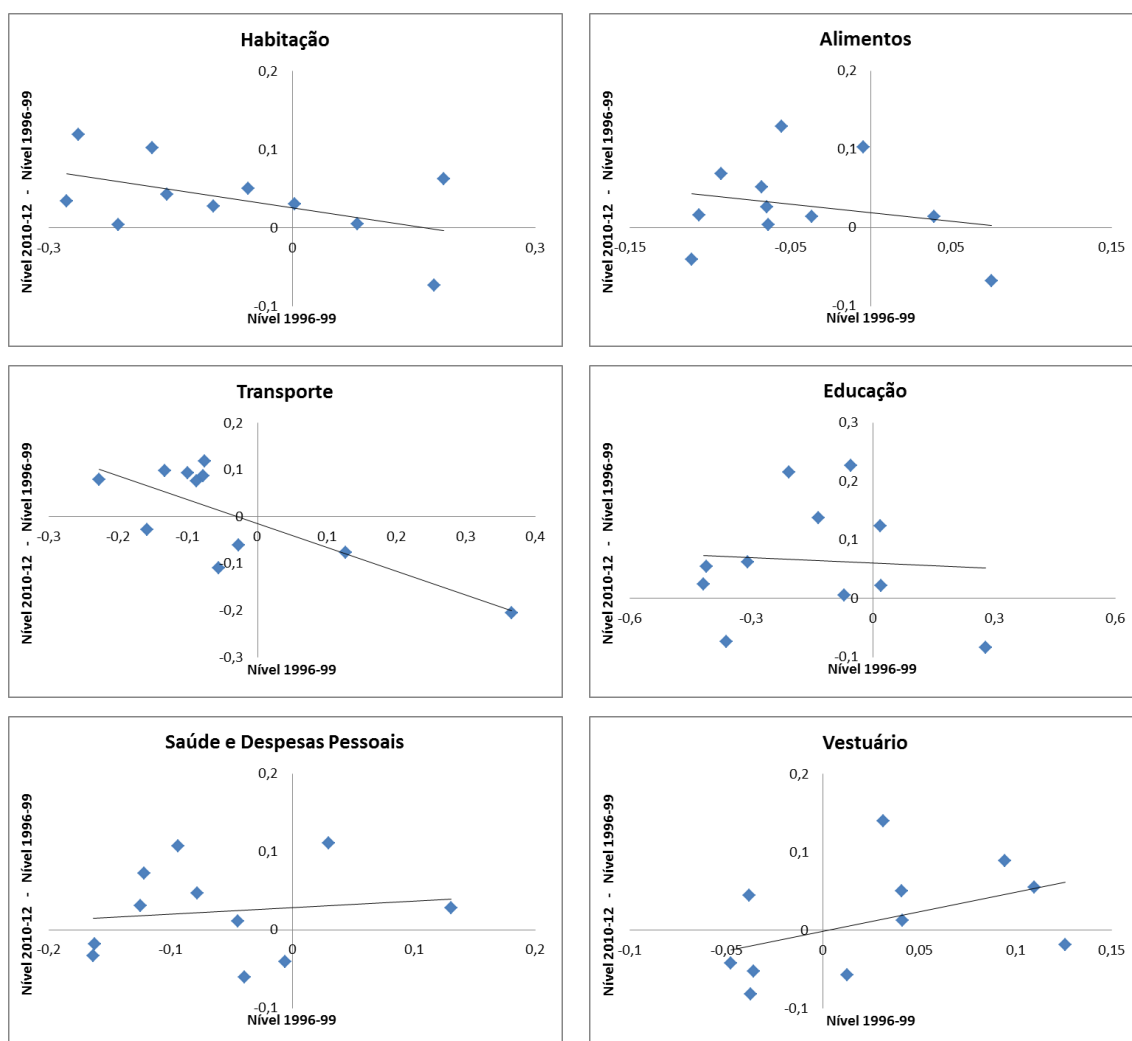


Fonte: Dados de Pesquisa

Nos gráficos da Figura 11 a mesma informação é desagregada por grupos de bens e serviços, permitindo apontar possíveis regularidades internamente a cada grupo. O grupo Habitação apresenta uma leve tendência decrescente, isto é, cidades mais caras crescendo menos e cidades mais baratas crescendo mais. Claramente, o DF é uma exceção, facilmente explicável pelas especificidades do mercado imobiliário daquela cidade, que associa oferta limitada de imóveis com demanda influenciada pelos auxílios-moradia dos funcionários públicos. Também no grupo Alimentação observa-se leve correlação negativa, mas essa é influenciada pela redução importante no custo relativo do Rio de Janeiro. Isolando-se esse efeito, não haveria regularidade a apontar.

Já em transportes a correlação negativa é mais evidente, com as três grandes RM apresentando crescimento de custo inferior à média, em que pese terem níveis relativos iniciais maiores (com exceção do RJ). Provavelmente, a homogeneização das estruturas de oferta desse tipo de serviço (mesmas empresas competindo em diferentes cidades, homogeneização das condições salariais e de segurança etc.) tenha feito com que, relativamente, o custo nas cidades menores tenha crescido mais rápido do que nos grandes centros. Contrariamente, os grupos Saúde e Despesas Pessoais e Vestuário mostraram evolução inversa, com as cidades inicialmente mais baratas tendo seus custos relativos crescendo, em média, mais rápido do que as demais. Isso é particularmente evidente em Vestuário. Em Educação não há qualquer regularidade evidente.

Figura 11. Evolução e Níveis Iniciais de Custo de Vida por Grupo



Fonte: Dados de Pesquisa

6. Conclusões

Nesse trabalho foram calculados níveis de custo de vida para as nove regiões metropolitanas oficiais brasileiras, além das cidades de Goiânia e o Distrito Federal, no período de 1996 a 2012. Os níveis relativos de custo de vida não se alteraram significativamente no período, com DF, São Paulo e Rio de Janeiro mantendo os maiores níveis. Goiânia saltou de níveis abaixo da média no início do período para suplantar o Rio de Janeiro como terceira cidade mais cara do país. Porto Alegre seguiu caminho parecido mas terminou o período ainda abaixo da média. No outro extremo, Salvador, Fortaleza e Recife continuam sendo as RM com menores níveis comparativos de custo de vida. Todavia, Fortaleza vem paulatinamente afastando-se da média, enquanto Salvador vem dela se aproximando, caminho também trilhado por Belo Horizonte.

Analisando-se a evolução dos níveis de relativos de custo de vida, não se encontraram indícios de que tenha havido mudanças significativas ao longo do período. Excluindo-se DF, SP e RJ, nos demais casos as RM com maiores níveis iniciais relativos de custo de vida experimentaram maiores crescimentos. Isso indicaria um processo de divergência em termos de níveis de custo de vida, com as regiões mais caras ficando ainda mais caras. Essa conclusão não se sustenta quando se introduzem aquelas três RM, pois o DF teve um crescimento de nível de custo de vida próximo da média das demais cidades, mas SP e RJ cresceram abaixo da média. A análise dos grupos de bens e serviços indica que Habitação, Transporte e, em menor grau, Alimentos apresentaram convergência, com as cidades inicialmente mais caras crescendo menos do que as demais. Já Vestuário apresenta divergência. Nos demais casos, nenhuma tendência pode ser observada.

Cabe salientar que a análise aqui desenvolvida sempre considera níveis relativos de custo de vida. Reduções no nível relativo de custo de vida de determinada cidade não significam que tenha havido redução absoluta no custo de vida. Tal resultado é causado por aumentos menores do que nas outras cidades, associados a mudanças na importância de cada grupo nos orçamentos familiares. Assim, mesmo em uma situação de inflação alta, uma cidade pode experimentar redução no seu nível relativo de custo de vida. Tudo depende dos ritmos diferenciados da inflação nas diferentes cidades.

Os resultados aqui dispostos apresentam utilidade muito grande em estudos regionais, posto que oferecem a possibilidade de estudar a desigualdade em níveis de renda per capita, por exemplo, descontando as diferenças em níveis de custo de vida. Isso proporciona uma melhor análise da desigualdade de bem estar entre as populações das distintas regiões brasileiras.

Referências

- Aten, B. (2008) Estimates of State and Metropolitan Price Parities for Consumption Goods and Services in the United States, 2005, Bureau of Economic Analysis, *Working Paper*, October.
- _____. (2007) Estimates of State Price Levels for Consumption Goods and Services: A First Brush”, Bureau of Economic Analysis, *Working Paper*,
- _____. (2005) “Report on Interarea Price Levels”, Bureau of Economic Analysis, *Working Paper*, November.
- Aten, B., D’Souza, R. D. (2008). Estimates of State and Metropolitan Price Levels for Consumption Goods and Services in the United States, *Survey of Current Business*, Bureau of Economic Analysis, November.
- Aten, B., Figueroa, E.; Martin, T. (2012) How can the American Community Survey (ACS) be used to improve the imputation of Owner-Occupied Rent Expenditures? Bureau of Economic Analysis, *Working Paper*, February .
- _____. (2011a) Estimating the Price of Rents in Regional Price Parties, Bureau of Economic Analysis, *Working Paper*, October.
- _____. (2011b) Notes on Estimating the Multi-Year Regional Price Parities by 16 Expenditure Categories: 2005-2009 Bureau of Economic Analysis, *Working Paper*.
- Aten, B., Reinsdorf, M. (2010) Comparing the Consistency of Price Parities of Regions of the U.S. in an Economic Framework Approach, Bureau of Economic Analysis, *Working Paper*, August.

- Azzoni, C. R., Guilhoto, J., Silveira, F. G., Menezes, T., Haddad, E. A., Hazegawa, M. (2009) Commodity price changes and their impacts on poverty in Developing Countries: the Brazilian case. *Studies in Regional Science / Chiikigaku kenky*, v.39, p.131 – 147.
- Azzoni, C. A.; Carmo, H. E.; Menezes, T. (2003). Comparação da Paridade do Poder de Compra entre Cidades: Aspectos Metodológicos e Aplicação ao Caso Brasileiro. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 33(1), 91-126.
- Azzoni, C. A.; Carmo, H. E.; Menezes, T. (2000). Índice de Custo de Vida Comparativo para as Principais Regiões Metropolitanas Brasileiras: 1981-1999. *Estudos Econômicos*, 30(1), 165-186.
- Deller, Steven C., Shields, M.; Tomberlin, D. (1996). Price Differentials and Trends in State Income Levels: A Research Note. *Review of Regional Studies*, v.26, pp99-113.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2004) *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 276p.
- _____. (2010) *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: Despesas, Rendimentos e Condições de Vida*. Rio de Janeiro: IBGE, 222p.
- Johnston, R.; McKinney, M.; Stark, T. (1996) Regional Price Level Variation and Real Household Incomes in United Kingdom, 1979/1980-1993. *Regional Studies*, 30(6), pp. 567-578.
- Kokoski, M. (1993) Quality Adjustment of Price Index. *Monthly Labor Review*, Bureau of Labor Statistics, Division of Price Index Number Research, December.
- Kokoski, M.; Moulton, B. (1996) Experimental interarea consumer price index: estimation and aggregation. *Monthly Labor Review* Bureau of Labor Statistics, Division of Price Index Number Research, November.
- Kravis, B.; Heston A.; Summers, R. (1982). *World Product and Income: international comparisons of real gross product*. Washington DC: The World Bank,.
- McMahon, W. Geographical Cost of Living Differences: An Update. (1991) *Real State Economics*, 19(3), pp. 426-450.
- Menezes, T.; Azzoni, C. R.; Silveira, F. G. (2008). Demand Elasticities for Food Products in Brazil: A Two-Stage Budgeting System. *Applied Economics*, 40, 2557-2572.
- Menezes, T.; Azzoni, C. R. (2003) Estimativa de Estruturas de Ponderação para Cálculo de Custo de Vida em Cidades Brasileiras. Universidade de São Paulo, *mimeo*.

- Neri, M. (2010). The Decade of Falling Income Inequality and Formal Employment Generation in Brazil. In: OECD (org), *Tackling Inequalities in Brazil, China, India e South Africa: The Role of Labour Market and Social Policies*. Paris: OECD Publishing.
- Savedoff, W. D., (1990) Os diferenciais regionais de salários no Brasil: segmentação versus dinamismo da demanda. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 20(3) p.521-556.
- Walden, M. (1997). How Much Income Variation “Really” Exists Within a State?. *Review of Regional Studies*, 27(3), pp. 237-150.

Figura 4. Evolução comparativa do custo de vida das RMs –HABITAÇÃO

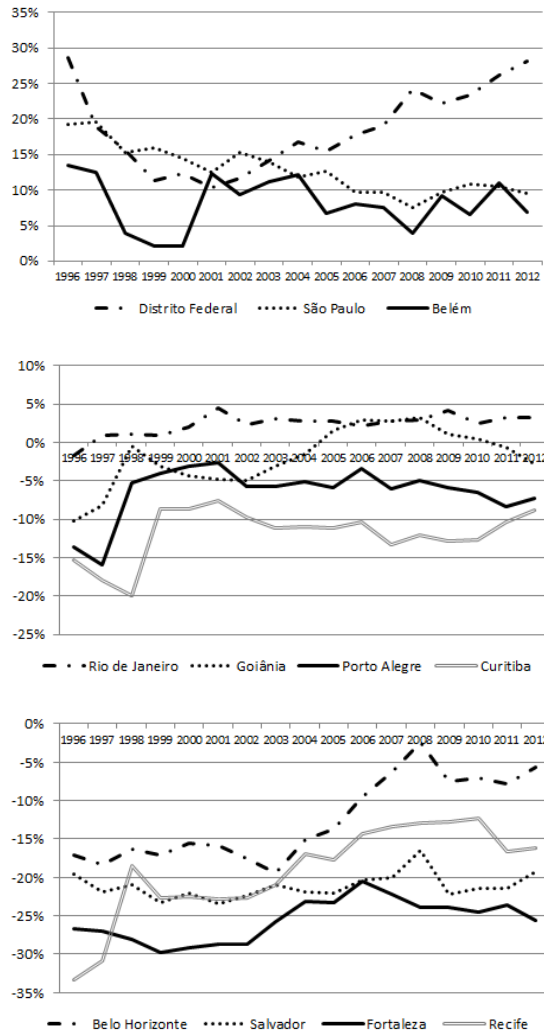


Figura 5. Evolução comparativa do custo de vida das RMs – ALIMENTAÇÃO

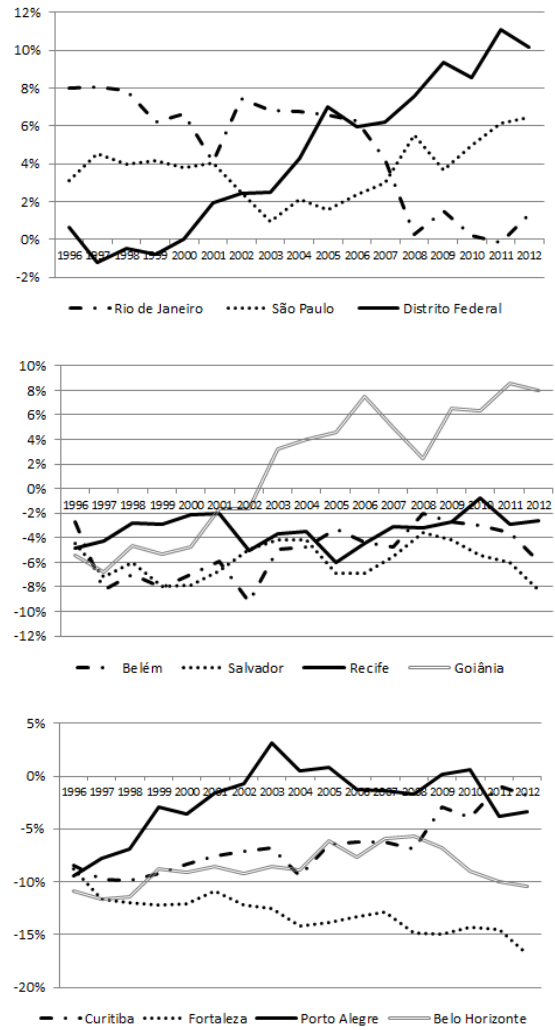


Figura 6. Evolução comparativa do custo de vida das RMs – TRANSPORTE

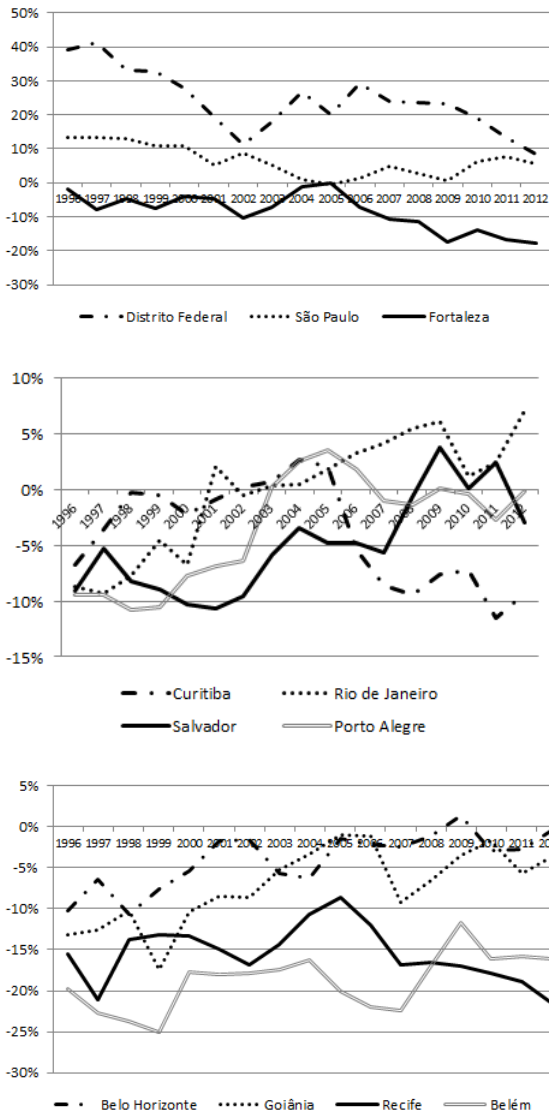


Figura 7. Evolução comparativa do custo de vida das RMs – EDUCAÇÃO

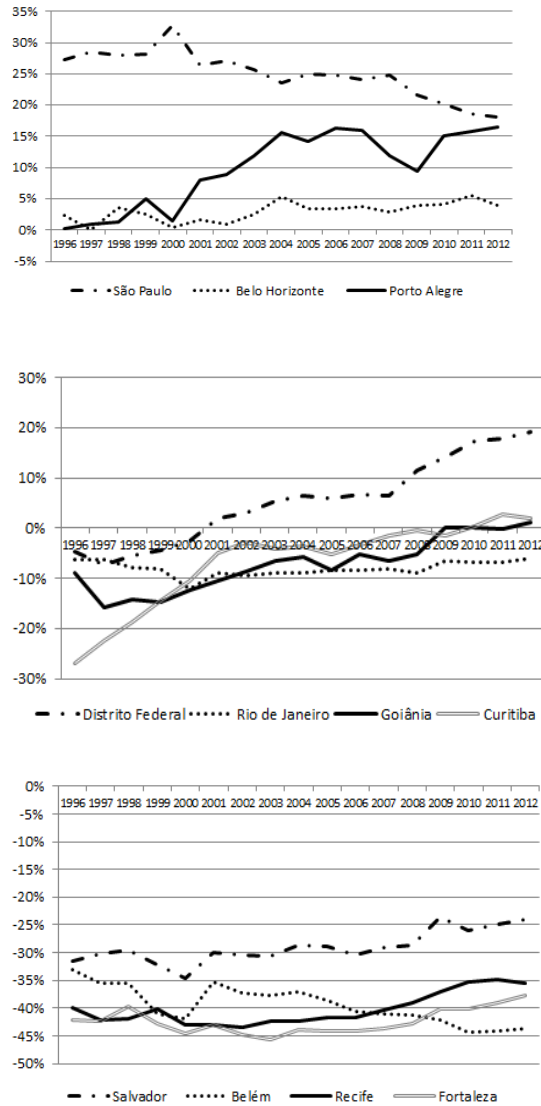


Figura 8. Evolução comparativa do custo de vida das RMs – SAÚDE E DESPESAS PESSOAIS

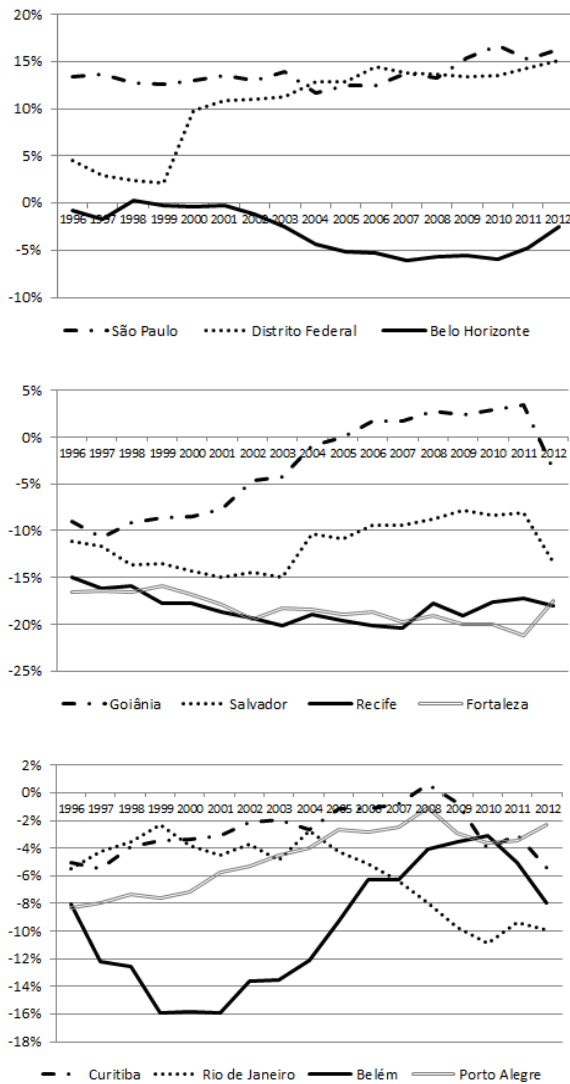
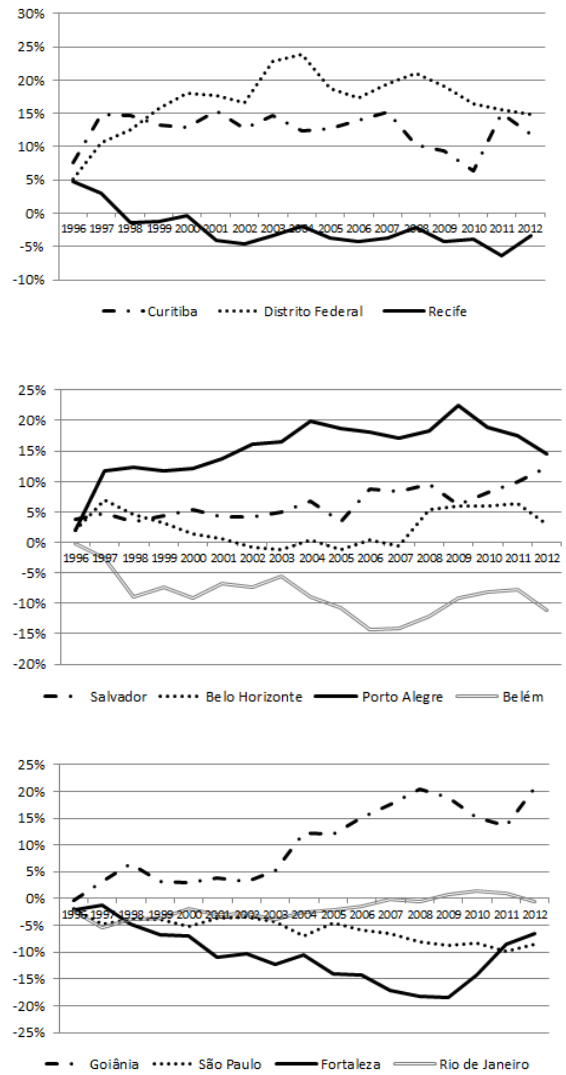


Figura 9. Evolução comparativa do custo de vida das RMs – VESTUÁRIO



Composição dos grupos

Habitação	Aluguel		Analgésico/Antitérmico
	Condomínio		Consulta Médica
	Taxa de Água e Esgoto	Saúde e	Dentista
	Gás de Botijão	Despesas Pessoais	Desodorante
	Luz Residencial		Sabonete
	Telefone Fixo		Corte de Cabelo
Educação	Mensalidade e Matrícula		Calça Masculina
	Curso de Inglês	Vestuário	Calça feminina
	Caneta Esferográfica		Calçados
Transporte	Ônibus urbano		
	Táxi		
	Conserto de Automóvel		
	Gasolina (1 litro)		
	Álcool (1litro)		
Alimentos	Arroz	Ovos de galinha	
	Feijão-Preto	Leite	
	Macarrão	Biscoitos	
	Batata	Pão Frances	
	Cebola	Óleo de Soja	
	Cenoura	Refrigerante	
	Carne de Porco	Café Moído	
	Carne de Boi	Sal	
	Frango	Refeição fora do domicílio	